

4

CAPÍTULO

A ORATÓRIA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Éber José dos Santos

Mariano Magri

Tiago Ramos e Mattos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho toma o século XIX como período de referência para abordar a oratória no Brasil e opta por dois enfoques, que entendemos serem contextualizadores para o leitor sobre o aprendizado e o uso social dessa disciplina na época oitocentista. O primeiro se refere à Educação, sob o ponto de vista histórico. Assim, é importante, ainda que breve, o retorno aos séculos anteriores para a introdução dos métodos pedagógicos aplicados pelos Jesuítas, os quais contribuíram de forma significativa para a presença da oratória na escola formal

do século XIX. O segundo diz respeito à presença da oratória nos eventos sociais, como nas igrejas e na vida política, pois, como a escola formal era um bem de poucos abastados, os sermões dos padres e os discursos políticos eram os principais atos que permitiam o contato da população com essa arte.

O SISTEMA EDUCACIONAL NO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX

Como demonstra Saviani (2006), os séculos organizados por um pesquisador para representar momentos significativos nem sempre coincidem com a contagem cronológica estabelecida em um calendário, portanto, o objetivo é situar a pesquisa em períodos significativos sob a ótica do assunto estudado, não no tempo cronológico. No caso deste artigo, partimos do trabalho realizado pelo grupo HISTEDBR¹, que divide a história da educação brasileira da seguinte forma: o período colonial recebeu recorte de 1500 a 1759, representado pelos Jesuítas, e de 1759 a 1822, por Marquês de Pombal; o período monárquico, representado pelas instruções da própria Coroa, foi considerado entre 1822 e 1889; e o período republicano, pelos diversos presidentes desde a Proclamação da República. Interessa a este trabalho os períodos colonial e monárquico.

Embora o recorte adotado inicie em 1500, foi em 1549 que os Jesuítas chegaram ao Brasil. Nas primeiras décadas, não há que se falar em Educação como um sistema, pois é consenso afirmar que “nos trinta primeiros anos da colonização do Brasil, Portugal dedicou-se exclusivamente à exploração das riquezas sem efetivo projeto de povoamento” (FONSECA, 2017, p. XX).

De acordo com Menezes (1999), a vinda dos Jesuítas ao Brasil se dava por dois movimentos distintos, mas de interesse único da Coroa portuguesa: o primeiro foi motivado pelo Regimento de 17 de dezembro de 1548,² que “continha as diretrizes básicas e as instruções minuciosas da nova política de colonização” (MENEZES, 1999, p. 12), e o segundo, pelos movimentos da Contrarreforma, que exigiam da Igreja Católica uma ação para barrar as ideias protestantes, principalmente em lugares em que elas não haviam chegado. Nas palavras de Menezes:

¹ Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História, Sociedade e Educação no Brasil, sediado na Faculdade de Educação da Unicamp. Maiores informações podem ser encontradas no site <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/index.html>>. Consultado em abr. 2017.

² Disponível em: <http://leamad.fflch.usp.br/sites/leamad.fflch.usp.br/files/1.3._Regimento_que_levou_Tom__de_Souza_0.pdf>. Consultado em abr. 2017.

A Nova política colonizadora consistia em defender o litoral contra as invasões estrangeiras, policiar a colônia internamente, administrando as relações entre colonos e tribos pacificadas e autorizando a guerra com as rebeldes, fundar núcleos seguros de colonizadores e investir na conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução (MENEZES, 1999, p. 12-13).

O objetivo dos Jesuítas, portanto, estava atrelado à necessidade de proteger as ideias católicas do movimento dos protestantes e, ao mesmo tempo, levar instrução ao povo local para interesse da Coroa. Vale ressaltar que Jesuíta era o nome dado aos membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa que criou métodos de ensinamento para combater as ideias protestantes. O mentor dessa ordem era Inácio de Loyola, que, segundo Fonseca (acesso em 7 maio 2017), recomendava aos Jesuítas a adaptação aos costumes e à diversidade local para obter sucesso no processo de catequização.

Como demonstram Henrique, Maia e Freitas (2016), Inácio de Loyola solicitou que um método de ensino fosse criado na tentativa de padronizar o ensino por onde a Companhia de Jesus se instalasse. Entretanto, em face da grande expansão dos Jesuítas pelo mundo, versões isoladas de projetos pedagógicos foram produzidas, sem muitos pontos de contato e de caráter provisório. Coube a Cláudio Aquaviva, quinto superior geral da ordem, a função de formatar um método definitivo e único. Cinquenta anos depois, entre debates e reformulações, publicou-se o método pedagógico denominado *Ratio Studiorum* (plano de estudos), um conjunto de regras que abarcava toda a estrutura escolar criada pela Companhia de Jesus. A esse respeito, Henrique, Maia e Freitas (2016), baseados em Neto, Maciel e Lapolli (2012), explicam que:

[...] a administração de seus membros, [sic] era dividida em cinco categorias: a figura do Provincial, representante do posto de máxima autoridade, responsável pela a [sic] província; o Reitor, representante dos colégios da ordem Jesuíta; o Prefeito de Estudos, responsável pelas orientações pedagógicas e estava diretamente subordinado ao Reitor; e, por último os professores (HENRIQUE; MAIA; FREITAS, 2016, p. 6).

Ao consultar esse plano de estudos, elaborado em suporte digital por Silva (acesso em 23 abr. 2017), constata-se que havia regras para todos os envolvidos no sistema escolar. Do provincial ao reitor, do prefeito de estudos ao professor, todos tinham a filosofia de suas tarefas catalogada e um plano de ação a seguir. Todavia, iremos nos ater ao que interessa a este artigo: as regras do professor de retórica. É pertinente, portanto, trazer, na íntegra, qual era a concepção dada ao estudo da retórica:

O nível científico desta aula não pode ser definido com facilidade dentro de limites fixos; pois compreende a formação perfeita para a eloquência [sic] que abraça as

duas mais altas faculdades, a oratória e a poética (e entre as duas se deve dar sempre preferência à primeira); e atende não só ao que é útil senão também à beleza da expressão. De modo geral, contudo, pode dizer-se que abrange três pontos principais: regras de oratória, estilo e erudição. Quanto às regras, ainda que se possam procurar e observar em todas as fontes, não se deve, contudo explicar, na preleção quotidiana, senão nos livros retóricos de Cícero, na Retórica de Aristóteles, e, se parecer conveniente, também na sua Poética. No que concerne ao estilo, ainda que se devam percorrer os melhores historiadores e poetas, deverá ser formado quase exclusivamente em Cícero; para esse fim se adaptam perfeitamente todos os seus livros, mas as orações deverão ser só explicadas afim de que nelas se vejam a aplicação dos preceitos da oratória. A erudição deverá ser recolhida da história e dos costumes dos povos, dos autores mais abalizados e de toda espécie de conhecimentos, mas com parcimônia proporcionada à capacidade dos alunos (SILVA, acesso em 23 abr. 2017).

Como pôde ser observado, o ensino da oratória inicia-se no Brasil por meio dos Jesuítas, com planos de estudos formalizados pela Companhia de Jesus. É importante salientar que o sucesso do *Ratio* se deu pelo uso da pedagogia, de acordo com as especificidades locais, ou seja, o professor tinha opções de escolha, pois a própria Igreja estava em fase de adaptação à nova realidade de mundo, com o advento da Contrarreforma (HENRIQUE; MAIA; FREITAS, 2016). Esse processo durou até 1759, quando os Jesuítas foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal.

A história da educação brasileira se mistura com a própria história dos interesses dos colonizadores. Segundo Seco e Amaral (acesso em 23 abr. 2017), Marquês de Pombal é nomeado ministro de D. José I para recuperar a economia portuguesa com vistas a colocá-la em pé de igualdade com a Inglaterra, uma vez que era um país industrializado. Para atingir esse objetivo, Pombal aplica uma série de reformas de ordem econômica, que se estenderam às colônias. No plano educacional, a reforma, “como outra qualquer de Pombal, era lógica, prática e centrada nas relações econômicas anglo-portuguesas” (SECO; AMARAL, acesso em 23 abr. 2017). Dado que os Jesuítas implantaram uma educação comprometida com valores da Igreja e não do Estado, Pombal os expulsou do Brasil.

Através do Alvará Régio de 28 de julho de 1759, o Marquês de Pombal, suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas das colônias e, ao mesmo tempo, criava aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas (SECO; AMARAL, acesso em 23 abr. 2017).

O Estado, portanto, toma a educação para si e dismantela o sistema criado pelos Jesuítas. Contudo, o ensino era precário, tanto pela inexperiência dos professores quanto pela falta de recursos financeiros. Barbosa (1988, p. 61) afirma que o Estado não teve competência para “colocar algo no lugar do vazio criado” com a expulsão dos Jesuítas.

Do período comandado por Pombal ao longo de todo o século XIX, com a Coroa já instalada no Rio de Janeiro, o Brasil teve várias tentativas de reformas para obter um ensino público com o mínimo de qualidade. Para Nunes (acesso em 9 maio 2017, p. 12), os principais períodos no século XIX destinados a ações na educação foram: de 1822 a 1831, com a criação das escolas de primeiras letras; de 1831 a 1840, com a descentralização das decisões sobre o ensino; de 1840 a 1889, com a organização das escolas primárias e normal da província e criação de regulamentos, dentre os quais a padronização do conteúdo e a boa formação de professores para ministrá-los. Contudo, a universalização dos estudos não aconteceu na era imperial no Brasil.

Embora o ensino com valores religiosos, mas funcional, tenha sido substituído por um ensino laico, com valores de interesse da Coroa, o ensino da retórica continuou oficial; antes, incentivado pela Companhia de Jesus; agora, pelo próprio Estado.

OS MANUAIS DE RETÓRICA

O sistema educacional implementado desde meados do século XVI influenciou diretamente os manuais de retórica e poética do século XIX. Essa espécie de “cartilha”, tida como um livro didático por meio do qual se ensinava literatura, obedecia ao olhar apreciativo e à construção composicional do colonizador.

As lições, postilas ou sinopses – termos pelos quais eram reconhecidos os materiais didáticos –, assumem alguma popularidade dentre os manuais da época. Entre os mais conhecidos estão: as *Postilas de retórica e poética*, de Cônego Fernandez Pinheiro (1872); *Lições de eloquência nacional*, de Lopes Gama (1846); *Sinopses de Eloquência e Poética Nacional*, de Manuel do Sacramento Lopes Honorato (1861).

A definição dicionarizada de manual como substantivo masculino diz ser este um compêndio, um livro pequeno, que encerra os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício: manual do agricultor, do carpinteiro etc. Os manuais de retórica eram compêndios de tamanho mediano, que avultavam um plano de estudo sobre o tema sob a casta de algumas ramificações conceituais: distinção entre eloquência e retórica; as qualidades de um bom orador; o homem digno, por ser, enquanto homem, um ser falante; além de problemas gerais, que compunham a parte introdutória e distinções entre gênio e arte. Complementavam as divisões canônicas da eloquência, amparada por toda sua tecnicidade: deliberativa, demonstrativa e judiciária, evidentemente herdadas da filosofia grega, mais precisamente da *Retórica*, de Aristóteles.

Ainda no plano das conceituações, os manuais tinham como objetivo definir e nomear as estruturas absolutamente relevantes para os estudos retóricos, as quais compunham, além dos elementos classificatórios invenção, disposição e elocução, a “natureza e arte, elocução gramatical, elocução oratória, estilo simples/temperado/florido, sublime etc.” (BRANDÃO, 1998, p. 46). Essa dualidade entre o sistema retórico (invenção, disposição, elocução, ação e memória) e a questão do estilo, sublime, florido etc. se dá pela composição dos manuais que, como os próprios nomes dos compêndios registram, privilegiavam a retórica e a poética. É necessário frisar que o estudo da literatura – da poética – também se dava segundo os moldes clássicos. Estudavam-se os conceitos de poesia, as técnicas de versificação, “as definições de vários gêneros, a definição de gosto, de razão, do belo, do sublime e alguns ensinamentos de crítica literária” (MELO, 2015, p. 127).

Os manuais perfilavam também gêneros de eloquência característicos da época: eloquência de púlpito, de foro, de política, militar, enaltecimentos fúnebres etc. Logo, estudava-se o momento de construção de determinado discurso e investigava-se a invenção, a disposição e a elocução (os manuais, em sua maioria, deixaram de lado a ação e a memória), e suas composições, como na disposição: o exórdio, a narração, a confirmação e refutação e a peroração; a elocução vai compor a parte mais significativa dos manuais com os ornamentos, as figuras retóricas de linguagem (tropos) e os estilos ático, ródio e asiático, que caracterizavam esses gêneros de eloquência.

O desenvolvimento estético e didático da eloquência, a apropriação substancial da retórica, assim como as rimas e as maneiras de versificação, temas estes fundamentais à proposta dos manuais, eram herdados de pensadores do passado, que eram absolutamente reconhecidos e continuavam a ser modelos seguidos no século XIX. Constata-se, daí, que o sustentáculo da retórica no século XIX tem seu aconchego na harmonização entre a literatura e a ciência e na estabilidade entre passado e presente. Salienta-se deveras a resistência a inovações e a predisposição em manter sempre nos manuais uma parcial inalterabilidade conceitual.

Brandão (1988) afirma que alguns manuais traziam referências ao belo e ao sublime, ou seja, à estética, a fim de delinear, ou melhor, caracterizar, o belo, o feio, o horrível e o sublime para definir estilo. Tratava-se de uma tentativa de categorizar o estilo de um discurso a partir dos contrastes bem definidos, entre a luz e as trevas, por exemplo, aos moldes do Barroco.

Todavia, Brandão (1988), no livro *O Ateneu: retórica e paixão*, resume muito acertadamente, em detalhes, uma estrutura bem marcada de determinadas peculiaridades dos manuais:

A simples leitura dos nossos manuais de retórica do século passado basta para que percebam alguns traços marcantes que, com pequenas diferenças, caracterizam todo o conjunto. Apresentam eles uma estrutura vasada nos processos de definição e repetição, instrumentos pedagógicos considerados ideais, pois satisfaziam a dois pressupostos básicos do ensino da época: a positividade dos princípios, o que lhes “conferia” existência e autoridade; e a saturação da informação, o que lhe “garantia” permanência e comunicação. Dogmatismo e, às vezes, ingenuidade, bem como uma sensação de mesmice é o que fica aos olhos de hoje daquilo que para o século passado representava “a verdade da doutrina” e “o papel pedagógico” da repetição (BRANDÃO, 1988, p. 45).

Nos manuais ecoam, certamente, as vozes dos antigos: Aristóteles, Horácio, Cícero e Quintiliano, o que permitiu, de alguma forma, justificar o seu engessamento, no sentido de que as ponderações desses filósofos tomavam forma, nos manuais do século XIX, de verdade absoluta, inquestionável, e mais, de verdades eternas e não apenas simples observações sobre o efetivo de uma época. Tratava-se de usar e reusar repetidas vezes o discurso autorizado pela filosofia grega.

Mesmos os autores intermediários dos manuais, que faziam valer a reescrita, a intertextualidade, a paráfrase e a heterogeneidade constitutiva desse gênero discursivo didático, atuavam muito pouco como autores; contudo, quando o faziam, mantinham certo enrijecimento às tradições, ou seja, aos antigos, mesmo estando dentre seus papéis a diluição da tradição, o que, de acordo com Brandão (1988, p. 45), tratava-se de nada mais nada menos que o bom e velho “artifício retórico”, em que conviviam plenamente, em uma disputa dialética, a obediência à tradição e a tendência à sua renúncia.

Padre Antônio Vieira, no século XVII, já havia percebido uma inconsistência. Conforme Serafim Leite, Vieira reivindicou que “o catecismo na Língua Brasileira fosse ensinado de maneira mais simples e em menor número de lições, levando-se em conta a cultura rudimentar dos brasileiros” (LEITE, tomo VII, p. 142 apud BRANDÃO, 1988, p. 47).

Ora, os autores/educadores dos manuais do século XIX perceberam as dificuldades de seus educandos e, nesse sentido, as incoerências de um manual massificante do ponto de vista do conteúdo. Emergiu daí, mesmo que de maneira ainda relativa, a reescrita, a autoria e a coautoria desse material didático.

Honorato, em *Synopses de Eloquência e Poética*, confessa que nada criou em diálogo com o clássico, mas reconhece, em seu manual, a importância da síntese, do texto objetivo e claro:

Confessamos ingenuamente, que não inventamos uma só ideia. E não podíamos fazê-lo quando vemos que já que em seu tempo o autor do livro da sabedoria dizia:

“nihil sub sole novum” (nada de novo sob o sol). Mas, logo em seguida, declara: “... procuramos quando estive em nossas forças, facilitar o estudo dos principiantes, que muitas vezes são obrigados a estudar longas e complicadas regras, e até páginas inteiras de autores prolixos e obscuros sem tirar utilidade alguma” (HONORATO, p. XIV apud BRANDÃO, 1988, p. 45).

Os autores portugueses vão além e reconhecem a relevância da paráfrase, por exemplo.

Figueiredo era um autor português tido como uma fonte intermediária, que levava em consideração, sobretudo, a questão da adequação ao despertar o intelecto dos alunos. Era favorável ao respeito pelo momento de aprendizagem de cada estudante e a uma argumentação que levasse em conta a clareza e o respeito pelo espírito do educando.

Vejamos Figueiredo, em seu trabalho *Instituições Elementares de Rhetorica*:

Cuidei pois em vos aplainar mais o caminho nessa parte do curso das boas-lettras. Sabido é que na inteligência dos alumnos, embora dóceis e engenhosos, não póde, a princípio, caber larga cópia de idéias. Seu espírito é, ainda, pequeno vaso que com pouco licor se enche, o que ‘lhe deita demais, transborda, perde-se’ (FIGUEIREDO, p. XIV apud BRANDÃO, 1988, p. 45).

Os autores perceberam a dificuldade dos seus alunos ao trabalharem com os manuais e tentaram de alguma forma diluir esse conteúdo para melhor compreensão. Por isso, Brandão (1988, p. 46) afirma que “a retórica surge com o ensino e nele tem sua última morada”.

Todavia, a influência de Aristóteles, Cícero e Quintiliano vai perpassar todo o século XIX. É importante reiterar que essa influência, embora pareça direta, teve uma mediação, não só dos autores portugueses como também dos teóricos franceses (Gibert, Crevier, Lamy, Le Clerc, Borges de Figueiredo, Freire de Carvalho etc.), que citaram, intertextualmente, a tradição instituída pela Retórica Antiga.

Cabe-nos a acertada inferência de Brandão (1998, p. 214) sobre o assunto:

Deve-se salientar que o processo de diluição e de enrijecimento que já vinha ocorrendo acentuou-se de tal modo entre nós, sobretudo em alguns autores, que o descompasso entre uma teoria oratória anacrônica, encastelada na tradição, e as novas necessidades expressivas decorrentes das transformações históricas e sociais não chega a ser percebido. Tal descompasso só aparece com clareza quando comparamos essa tendência com alguma da mesma época.

Na realidade, não necessariamente precisamos comparar efetivamente dois manuais do século XIX para constatarmos esse enrijecimento em detrimento da

diluição do pensamento tradicional. Podemos ir aos manuais de retórica do século XX para constatarmos essa hereditariedade, que leva muito pouco em conta transformações históricas e sociais.

Verifiquemos um recorte do *Manual de retórica*, de Plebe e Emanuelle, do século XX, sobre a interessantíssima invenção ou *inventio*, componente do sistema retórico. O capítulo do manual chama-se a arte de inventar:

Devemos aos retóricos latinos a elaboração completa da arte da invenção e de suas técnicas: Cícero escreveu um tratado *De inventione*, e a *inventio* ocupa sempre a primeira parte dos manuais latinos de retórica. Mas a invenção teorizada pelos latinos se refere preponderantemente às argumentações dos debates jurídicos; portanto, uma invenção em tom menor em relação à grande arte grega de inventar conceitos, temas e soluções, a *hêresis*, que constitui o orgulho de Górgias e de seu discípulo Isócrates. É à escola de Górgias que remontam as primeiras técnicas, destinadas a estimular, com meios apropriados, a invenção de conceitos.

Uma técnica inventiva típica da escola de Górgias foi a do antimodelo. Ela parte da convicção de que se, na invenção dos nossos conceitos, nos referirmos como ponto de partida a um modelo precedente, iremos espontaneamente imitá-lo e, portanto, será difícil dizer algo original (PLEBE; EMANUELLE, 1992, p. 35).

É evidente neste breve recorte a menção à escola tradicional grega. Górgias já havia previsto que os manuais latinos de retórica teriam não só dificuldade de diluir conceitos preexistentes como a *inventio* em Cícero, mas teriam também a dificuldade de criar ideias novas. Então, não é especificamente um crime o que fizeram os autores dos manuais do século XIX, que se apegaram aos antigos, proliferaram a tradição e propiciaram, evidentemente, um enrijecimento que os alunos do século XIX, vítimas da escola humanística dos Jesuítas, tinham dificuldade de compreender.

Melo (2015), em seu artigo *Os manuais de retórica e poética. “Lugares de Memória” no Brasil Oitocentista* vai traduzir muito bem a constituição e construção da identidade brasileira na época:

Por meio dos referidos livros e de seus usos e práticas, impôs-se um forte apego à cultura retórica e literária, principalmente clássica, como confirmação de que o uso da linguagem representou o status de uma sociedade elitizada que se quis reconhecer como civilizada diante dos olhos europeizados. O cultivo do pensamento de Aristóteles, Cícero e Quintiliano nos manuais, seja de forma direta ou adaptada, indica esse vínculo com a tradicional arte de linguagem rebuscada, pomposa e elegante. Nesse caso, essas circunstâncias possibilitaram o enraizamento forjado de valores culturais na memória dos brasileiros, na qual se construiu uma identidade nacional articulada a uma tradição retórica e literária de que se apropriava o sujeito à época (MELO, 2015, p. 122).

O teórico afirma que é no Colégio Pedro II, considerado um modelo na educação brasileira, um modelo oficial de ensino, onde eram utilizados os manuais de retórica e poética de maneira uniforme e didática, em aulas separadas ou de maneira conjunta. Temos um exemplo de um professor chamado José Maria Velho da Silva, do Colégio Pedro II. Tratava-se de um caso típico de um docente que dialogava com a tradição ou com o compromisso elitista aliançado com os europeus:

Os antigos e primeiros ordenadores das regras e preceitos tiveram a intuição da verdade; estudaram muito acuradamente as leis eternas e imutáveis da inteligência humana e por isso irá sempre muito seguro aquelle que lhes for ao encaço (SILVA, 1889, p. VI apud BRANDÃO, 1988, p. 215).

Silva, em 1889, não estava certo? Afinal, não é exatamente isto que continuamos fazendo na academia em pleno século XXI? A irrefreável busca pelo discurso cada vez mais autorizado? A tranquilidade do eterno e do imutável? Entretanto, é nessa relação de enrijecimento e renovação, de engessamento e diluição, que está implicada a questão da construção identitária, da formação escolástica, da escolha didática e do desenvolvimento autoral, por meio do bem falar, da argumentação, da escrita e da persuasão.

Conforme postula Melo (2015, p. 126), os manuais tinham estas características:

Os compêndios oitocentistas eram cópias, compilações e adaptações de outros manuais didáticos. A renúncia à originalidade era uma costumeira prática validada pelo circuito escolar, uma vez que “a categoria de imitador é externa a retórica, que aconselhava a imitação e a emulação como artifícios válidos. O que direcionava esses autores era menos o desejo de elaborar uma teoria própria e original do que o intuito de compilar e divulgar conceitos consagrados pela tradição” (MARTINS, 2003, p. 23-24).

O autor complementa sobre esse aspecto:

Nesse sentido, Castro (1982, p. 24) relembra que esse tipo de prática relacionava-se à concepção de autoria da antiguidade clássica, que a concebia como “autoridade” de quem se retira exemplos que devem ser imitados e divulgados. Os autores de livros didáticos tinham por mérito levar a memória dos alunos a reproduzir esses discursos de autoridade, cujos nomes apareciam com frequência nas páginas de suas obras (MELO, 2015, p. 126).

Cabe salientar que os manuais eram absolutamente normatizadores e por isso traziam a melhor maneira de falar, a forma mais apropriada de escrever e até mesmo como grupos sociais deveriam se comportar diante da política e da cultura, diante de suas práticas sociais dentro e fora do núcleo escolar. Os manuais também tinham uma participação política.

Observemos os esclarecimentos presentes no manual de Manuel da Costa Honorato:

Observação.

A presente Synopse é segunda edição do resumo de poética nacional extrahido do compendio do Sr. Carvalho, mais correcto e consideravelmente augmentado pelas idéas colhidas de outros autores de grande acceitação (HONORATO, 1861, [s.p.] apud MELO, 2015, p. 127).

Tratava-se de uma estratégia política não pouco comum de citar nomes de autores intermediários para fortalecer o vínculo entre o colonizador português e os emergentes intelectuais brasileiros.

Os manuais de retórica e poética são subservientes à educação imperial, todavia, fica claro serem esses compêndios instrumentos didáticos de caráter pedagógico formatados por um (in)consciente coletivo, ou melhor, de uma anamnese coletiva, arrastada em plano nacional, que são absolutamente inerentes à classe dominante e colonizadora e respondem a certas estratégias políticas da Igreja e do Estado. A noção de civilidade correlacionada à eloquência, oratória, arte literária e retórica propriamente dita nos manuais, como instrumentos pedagógicos que eram, repercutia na sociedade de modo geral e nas práticas sociais da época, afinal, conforme mencionamos anteriormente, os compêndios eram normatizadores da arte do bem falar, do pensar e do escrever e tinham um impacto nas práticas sociais, como nos gêneros de eloquência, por exemplo, de púlpito, de foro, militar etc.

Os manuais, compêndios ou sinopses são necessários não somente como registro histórico do século XIX, mas também como a constatação de uma preponderância de autoridade, dominante e elitizada, de uma tentativa herdada dos eclesiásticos jesuíticos de educação, que resultou em uma aula de política e poder. Tratava-se de um material de caráter substancial para que historiadores, sociólogos, filósofos e estudantes das letras, retórica e do discurso adquirissem conhecimentos valorizados, os aprofundassem e, a partir daí, desenvolvessem uma habilidade ou consciência crítica, que satisfizesse não apenas aos ideais dos colonizadores, mas também à eloquência subserviente dos colonizados.

Os autores/educadores brasileiros reconheceram a relevância da paráfrase e da diluição para melhor entendimento de seus alunos, entretanto, sintetizaram bem o conteúdo. Participaram muito pouco de uma autoria efetiva e contundente nos manuais, fazendo-se valer das citações aos clássicos gregos e também a autores portugueses intermediários.

A RELAÇÃO ESTADO X IGREJA NO IMPÉRIO

Para melhor compreensão do restante deste capítulo, é importante, antes, discorrer-se sobre a relação Estado x Igreja durante os oitocentos. Assim, o artigo *Catolicismo, Sociedade e Teologia no Brasil Império*, publicado por Ney de Souza em 2013, é crucial para traçarmos esse panorama, pois o autor trata cronologicamente do assunto. Em uma adaptação a partir da leitura, convencionamos separar os oitocentos em quatro períodos: período joanino (1808 a 1822); primeiro reinado e período regencial (1822 a 1841); segundo reinado (1841 a 1889); período republicano (a partir de 1891). Essa divisão é importante porque, mais especificamente, será apresentada a atuação da santa Igreja, que influenciou, de forma direta, o discurso oratório sacro e político de cada período.

A relação estreita entre Estado e Igreja provém do período colonial, e com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, isso não mudou, pelo contrário, se fortaleceu. Existia a figura do Papa como chefe, mas ele não exercia autoridade. Cumpria a esses religiosos, nomeados como pregadores régios, defender a união entre Igreja e Estado e o Regime Monárquico. Diferenciavam-se dos demais padres por pertencer à alta hierarquia eclesiástica e ser o contato direto com o monarca D. João VI. Nesse contexto, a Igreja é considerada “como um departamento da administração civil e deve ser útil para o Estado. O clero faz parte do funcionalismo público e é pago (quando é) pelos cofres estatais” (SOUZA, 2013, p. 130).

Essa união entre Trono e Altar era defendida pela Igreja e perdurou pelo Primeiro Reinado, conquanto estivesse prevista até nos artigos 5 e 103 da 1ª Carta Magna, conforme excerto a seguir:

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana *continuará a ser a Religião do Império*. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo. [...] Art. 103. O Imperador antes do ser aclamado prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento – *Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana*, a integridade, e indivisibilidade do Imperio; observar, e fazer observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e mais Leis do Imperio, e prover ao bem geral do Brazil, quanto em mim couber (BRASIL, 1824, grifos nossos).

Durante o Primeiro Reinado, embora D. Pedro I não fosse afeito aos privilégios concedidos aos clérigos, manteve toda a pompa que os ostentava e a relação entre o Estado e a Igreja manteve-se conforme os preceitos até então vigentes. Durante o período regencial, conhecido como um dos mais violentos do país, começava a ser implantada uma nova mentalidade: foi a época das reivindicações

sociais e da participação na organização política. No âmbito da Igreja, padre Diogo Antônio Feijó – liberal –, foi preso e depois absolvido por defender a Revolução Liberal de 1842. Além disso, propunha também a abolição do celibato clerical no Brasil (SOUZA, 2013).

Durante o Segundo Reinado, inicia-se uma reforma católica tridentina no Brasil e a Igreja começa a se preocupar mais com a questão da vida celestial do que da terrena. Essas novas ideias foram sintetizadas por Souza (2013, p. 139):

O grande trabalho do episcopado era transformar um clero com alma política e amasiados, em sacerdotes piedosos e celibatários. Esse desejo era também do governo brasileiro. As forças governamentais incentivavam os bispos a reconduzir o clero ao recinto das Igrejas, reduzindo sua atividade ao altar, ao púlpito e ao confessionário. A participação do clero liberal nas lutas políticas e sociais constituía para o governo um obstáculo à monarquia que vivia dentro do sistema latifundiário escravocrata. O imperador Pedro II foi bastante cioso na escolha de homens piedosos para o episcopado, mas que eram ao mesmo tempo de mentalidade conservadora e antiliberal.

Inicia-se nesse período o advento da separação entre Igreja e Estado, que será sedimentado somente a partir da Constituição de 1891, conforme aponta Souza (2013). A questão religiosa (1872-1874), em que as divergências entre o poder espiritual e temporal acentuaram-se, foi preponderante para que a Igreja voltasse seu olhar para as questões do divino e o Estado, para suas atividades terrenas.

ORATÓRIA SACRA E POLÍTICA NO SÉCULO XIX

Como apresentado na introdução deste artigo, o Brasil dos oitocentos foi marcado por fatos históricos relevantes para a nação. Nesse pano de fundo de acontecimentos decisivos nos rumos do país é que se instauram os mais variados discursos oratórios, com as suas diversas intencionalidades. Interessa para este artigo os discursos religiosos ou sacros e políticos.

Para início, cabe-nos mencionar que, nas diversas leituras realizadas com o intento de dissertar sobre oratória, foram encontrados conceitos de eloquência e retórica em *Lições elementares de Eloquência Nacional*, uma obra portuguesa escrita em 1840, por Francisco Freire de Carvalho, que contribuem para a compreensão da prática do discurso oral durante o período oitocentista.

Carvalho apresenta, então, suas concepções sobre ambas as áreas do conhecimento:

Eloquência é a faculdade de significar os pensamentos por meio da palavra, debaixo do ponto de vista mais próprio para produzir a convicção e a persuasão, acompa-

nhadas do deleite. Retórica é a arte que dirige as disposições naturais do homem no uso ou emprego da eloquência (CARVALHO, 1840, p. 13-14).

A partir desses conceitos, o autor conclui que a eloquência é o ato de fazer uso da palavra para exprimir o pensamento, ou seja, um efeito natural, e a “retórica é a arte que lhe corrige os defeitos ou extravios, ou que o aperfeiçoa” (CARVALHO, 1840, p. 15).

PERCURSO DA ORATÓRIA SACRA E POLÍTICA NO BRASIL DOS OITOCENTOS

Em seu artigo *Oratória Sacra no Brasil (do séc. XVI ao séc. XIX)*, Lopes (1976) assevera que somente dois historiadores dedicaram-se a tratar da eloquência. Cita, então, Silvio Romero, com a obra *Evolução da literária brasileira (vista sintética)*, e Ramiz Galvão, com *O Púlpito no Brasil*. O autor enaltece a cronologia³ da eloquência, classificada por Romero, conforme segue:

iii. A escola fluminense dos fins do século XVII e começo do século XIX, com Sousa Caldas, Sampaio, São Carlos, Santa Úrsula Rodovalho, Monte Alverne, Cunha Barbosa, a que se ligam o vigário Barreto e Frei Caneca; iv. A escola baiana do século XIX representada em Santa Rita Bastos, D. Romualdo de Seixas, Frei Itaparica, Frei Raimundo, Padre Fonseca Lima, a que se prendem o Padre Patrício Moniz e D. Antônio de Macedo Costa; v. Alvorecer da eloquência política na Constituição de 1823 e seu desenvolvimento nos tempos do primeiro Reinado, da Regência e primeiros anos do segundo Imperador (1823-1848) com Antônio Carlos; vi. A plêiade do 2º reinado (1848-1868); vii. A nossa eloquência nos últimos anos do 2º reinado (1868-1869); viii. A eloquência forense, a tribunícia, a acadêmica; ix. Nova fase da eloquência sagrada (1880 em diante) (LOPES, 1976, p. 106).

Por sua vez, Ramiz, de acordo com Lopes (1976), classifica em três fases o período da eloquência. Para este estudo, importa a terceira, a do reinado de D. João VI (1808-1821), que se inscreve no Brasil dos oitocentos.

Mediante esses apontamentos, dissertaremos, em um primeiro momento, sobre oratória sacra e política em forma conjunta, presente nos Sermões pregados e, mais para o final dos oitocentos, a oratória política nos Discursos Parlamentares de 1871, por exemplo.

No período dos oitocentos, a oratória sacra ficou a cargo dos clérigos franciscanos que, ao se posicionarem no púlpito, se valiam de sua genuína eloquência

³ As fases i, ii, e x não estão contempladas na citação justamente por extrapolarem o período que compreende o século XIX, enfoque deste estudo.

para proferir seus discursos, os quais tinham cunho de religiosidade, mas também de veneração à Corte Portuguesa, portanto, intuito político.

Nos primeiros anos da instalação da Corte no Brasil, temia-se a estabilidade e continuidade da monarquia, então, os discursos religiosos eram pautados de forte crítica aos franceses, sobretudo a Napoleão Bonaparte, como apresentado no excerto a seguir:

[que] à testa desse povo já depravado, aparecesse o homem mais perverso que tem havido; que sobre o trono, que a Irreligião e a iniquidade haviam fabricado, se sentasse o homem mais iníquo, que o mundo viu; o... não, não quero profanar o Santuário; jamais pronunciarei o seu abominável nome: o grande, o grande ímpio, eis aqui o seu caráter, este o seu apelido. Esse monstro de maldades e delitos; esse iníquo entre os mesmos iníquos, esse perverso entre os mais perversos; enfim, essa fera indômita, opróbio da humana espécie, desonra da racionalidade, que sufocando todos os sentimentos mais naturais ao coração do homem, pervertendo todas as afeições de que é suscetível a alma, pisando os deveres mais santos e impreteríveis, as relações mais augustas e respeitáveis, tem levado a dissolução e o estrago aos Impérios, aos Reinos, às Cidades, às Nações, e às Famílias. Tal é aquele, que tem assassinado a Europa inteira; que tem desorganizado o mundo político; que empreendeu fazer escravos todos os povos (JOSÉ, 1808 apud MARTINS, 2011, p. 133).

Até meados do século XIX, “o púlpito era um dos poucos instrumentos de manifestação coletiva e gozava de uma liberdade de expressão que não se encontra alhures” (HAUCK et al., 2008, p. 102). Os pregadores que a ele tinham acesso aproveitavam-no como um espaço para exhibir toda a sua eloquência e muitos de seus sermões eram considerados como joias literárias, com estilo sublime, com jogos de palavras que suscitavam nos ouvintes a procura por sentidos ocultos. E todas as pregações tinham, naturalmente, como pano de fundo, a política.

A palavra era um dos primeiros deveres sacerdotais; tamanha era a importância desse momento da enunciação no púlpito que os pregadores eram denominados como “luzeiros do púlpito” e “pregadores reais”, conforme aponta Hauck et al. (2008, p. 206).

Durante as festividades religiosas, como a semana santa, por exemplo, eram escolhidos os melhores oradores, que se engrandeciam e usavam de seu melhor conhecimento de linguagem para trazer a mensagem àquele povo que, iletrado como era, não entendia quase nada do que era dito, portanto, conversava, dispersava-se ou até saía da igreja sem nenhuma compreensão da mensagem. Destacamos que nesses sermões de festa não se tratava das questões da vida cotidiana, tampouco se analisava o comportamento moral dos fiéis. O discurso era centrado na apresentação dos milagres do santo homenageado – panegírico (discurso elogioso) (HAUCK et al., 2008).

Além das características já mencionadas, os sermões sacros da época oitocentista são marcados por conceitos predicáveis, que consistem em figuras ou alegorias pelas quais se pode realizar uma pretensa demonstração de fé, ou verdades morais, ou até juízos proféticos (COELHO, 1960). O recurso da alegoria vem ao encontro dos sentidos ocultos provocados pela fala dos pregadores, visto que, conceitualmente, segundo Lausberg (1966-1968 apud MOISÉS, 2004, p. 14), é uma “espécie de discurso inicialmente apresentado com um sentido próprio e que apenas serve de comparação para tornar inteligível um outro sentido que não é expresso”. No púlpito, também era marcante a presença da metáfora, na qual os oradores se ancoravam para dizer o que se tinha a dizer.

Tais apontamentos permitem inferir que todos esses recursos estilísticos utilizados pela oratória sacra tinham uma intencionalidade: dizer com embelezamento sobre o terreno e o divino, no sentido de maquiari eventuais atitudes reprováveis da santa Igreja e mazelas de um governo por vezes criticado.

No que se refere à oratória política, cabe destacar alguns aspectos relativos aos últimos anos do Brasil dos oitocentos, uma vez que até antes disso este tipo estava misturado à oratória sacra, por razões aqui já explicitadas.

Sodré (1959 apud PIOVEZANI, 2007) destaca em sua obra *História universal da eloquência* alguns oradores políticos renomados dessa época:

Até 1930, quando foram dissolvidos pela revolução, tanto a Câmara quanto o Senado sempre contaram, no seu seio, com muitos brasileiros ilustres, entre os quais se destacaram, como expoentes da arte de falar, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e César Zama, Seabra, Epitácio Pessoa e Assis Brasil, Pedro Moacir, Barbosa Lima e Irineu Machado além de Nilo Peçanha, Coelho Neto e Moniz Sodré (SODRÉ, 1959 apud PIOVEZANI, 2007, p. 173).

Dentre os citados, Rui Barbosa, que ingressou na política em 1878, destaca-se com um exemplo de orador grandiloquente. Seus discursos eram extensos e primavam por uma riqueza vocabular ímpar, com termos rebuscados. Culturalmente bem formado, o político encantava e ganhava a adesão de multidões que se prestavam a ouvi-lo e admirá-lo pelo seu belo estilo de orar.

Em outro polo, Antônio Conselheiro, também orador de renome do século XIX, arrebatava multidões que se propunham a ouvir seus discursos, que eram imbuídos de uma linguagem simples, diretos, acessíveis ao público a que se dirigiam. No sentido oposto ao de Rui Barbosa, Conselheiro, embora discursasse sobre temas mais focados na religiosidade, permeava o campo político.

A tese de Carlos Piovezani, intitulada *Verbo, Corpo e Voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo*, certamente nos fornece elementos importantes sobre a prática da oratória nesse período da História do Brasil.

Embora o recorte aqui estudado seja apenas o século XIX, as características da oratória política tratadas no trabalho, que compreende os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, se mostram úteis, uma vez que há traços que se mantêm ao longo de todo o período abordado.

De acordo com os apontamentos de Piovezani (2007), durante o período conhecido como oitocentos, os oradores políticos tinham poucos recursos a seu favor durante os seus pronunciamentos: o palanque, a fala, a voz e o corpo. Assim, valiam-se destes últimos da melhor forma para conseguir a adesão de seus auditórios, que, ao final do século, eram bastante numerosos, visto o crescimento populacional das cidades, provocado pelo crescente êxodo rural. Somente no final do século XIX e início do XX os oradores passaram a fazer uso de outras ferramentas de comunicação, com os avanços tecnológicos que surgiram, como, por exemplo, o microfone, que veio para contribuir como recurso para a prática oratória, e o rádio, que permitiu a transmissão da fala a longas distâncias.

Para concluir, destaca-se que a oratória política, no século XIX, caracterizava-se por três estilos de fala: o simples, o rebuscado e o misto (PIOVEZANI, 2007). Cada orador valia-se de um, de acordo não somente com o seu conhecimento e formação cultural, mas com o perfil do auditório a que se dirigia. Em outras palavras, e em alusão às teorias retóricas, o orador adaptava o seu discurso ao seu auditório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos da Contrarreforma associados aos interesses da Coroa portuguesa contribuíram para a vinda dos Jesuítas ao Brasil, os quais, por mais de dois séculos, contribuíram significativamente para a construção de um sistema educacional. Ainda que esses religiosos tenham sido expulsos por Marquês de Pombal, que intencionava tornar a educação subordinada aos interesses da Coroa, retirando-a do poder da Igreja, parte do legado dos Jesuítas adentraram o século XIX na escola formal.

Uma herança do sistema educacional jesuítico, por assim dizer, foram os manuais de retórica do século XIX, que foram publicados como compêndios pedagógicos, publicações estas, inclusive, realizadas de maneira ostensiva, com demasiada ligação conceitual com a tradição europeia. Os manuais europeizados

dialogavam muito pouco com a realidade social do Brasil oitocentista, contudo, trata-se de um material de alinhamento da eloquência e desenvolvimento da oratória, além de estudos relativos à versificação poética e estilo. Em um contexto político, constituíam uma tentativa de erudição, mas também de fortalecer o vínculo entre colonizador e colonizado, a tradição clássica e uma representação social que afirmasse a identidade nacional e que estabelecesse uma relação cordial entre política, eloquência e oratória, e educação, clero e poder.

No que se refere à presença da oratória na Igreja, é possível depreender que ela esteve presente nos sermões proferidos pelos clérigos e, até a Proclamação da República, esteve misturada com a oratória política, uma vez que Igreja e Estado mantinham uma relação bastante estreita. Todo discurso tinha um viés político, como forma de enaltecer a Coroa, a principio, e o Império, posteriormente.

O uso do púlpito era um momento ímpar em que os oradores se valiam de toda sua eloquência para falar ao povo que, mesmo sem entender direito o vocabulário utilizado, encantava-se com a forma como o orador enunciava.

Quanto aos políticos, estes tinham poucos recursos para discursar, então, ao subirem a um palanque, faziam uso da fala, da voz e do corpo. Uns, mais bem preparados, empregavam a grandiloquência e surpreendiam seus auditórios; outros, desprovidos de riqueza de estilo e extenso vocabulário rebuscado, utilizavam a linguagem simples para passar suas mensagens. Entretanto, tanto um estilo quanto o outro atraíam multidões que se dispunham a ouvir o que eles tinham para dizer.

Percebemos, assim, pelo exposto, que a oratória esteve bastante presente em um momento importante da História do Brasil, período em que o país adquire sua independência político-administrativa, momento em que o discurso oralizado era a forma mais eficiente e adequada para comunicar e difundir as ideias imperiais ou republicanas à grande massa.

Por fim, vale ressaltar que este estudo é inicial e está aberto a complementações. Para trabalhos futuros, selecionar um *corpus*, um sermão ou um discurso político da era oitocentista, por exemplo, para análise à luz da teoria, se faz necessário.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sidney. *Caminhos e descaminhos da educação brasileira no século XIX*. São Paulo: Brasiliense; EDUSP, 1988.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Os manuais de retórica brasileiros do século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 43-58.

_____. Presença da oratória no Brasil do século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 213-226.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estados dos Negócios do Império do Brasil, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CARVALHO, Francisco Freire de. *Lições elementares de Eloquência Nacional*. Lisboa, Portugal: Thipographia Rollandiana, 1840.

COELHO, Jacinto do Prado (Dir.). *Dicionário das literaturas portuguesa, brasileira e galega*. Porto, Portugal: Livraria Figueirinhas, 1960. Disponível em: <http://www.farol-dasletras.pt/sermao_santo_antonio.html>. Acesso em: 24 abr. 2017.

FONSECA, Sonia Maria. *A hegemonia jesuítica (1549-1759)*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_jesuitico_intro.html>. Acesso em: 7 maio 2017.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *Lições de eloquência nacional*. Recife: Typ. de Santos e Companhia, 1851. 2 v.

HAUCK, João Fagundes et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – segunda época, século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HENRIQUE, Martileide da Costa; MAIA, Adolpho Pinheiro; FREITAS, Fabiana Martins. *Ratio Studiorum: uma análise sobre o método pedagógico dos Jesuítas*. In: III CONEDU – Congresso Nacional de Educação, 2016, Natal. *Anais...* Natal: CONEDU, 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID1035_03082016171821.pdf>. Acesso em: 6 maio 2017.

HONORATO, Manuel do Sacramento Lopes. *Lições de eloquência nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de Paula Brito, 1846. 2 v.

_____. *Synopse de eloquência e poética nacional*. Recife: Typographia Commercial de Geraldo Henrique de Mira, 1861.

LOPES, Hélio. Oratória Sacra no Brasil (do séc. XVI ao séc. XIX). *Linguagem e Literatura*. São Paulo, v. 5, p. 105-129, 1976. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/lingua-eliteratura/article/view/113797/111668>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MARTINS, William de Souza. O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória na Corte Joanina (1801-1821). *Revista Tempo*, v. 17, n. 31, p. 117-144, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v17n31/06.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2017.

MELO, Carlos Augusto. Os manuais de retórica e poética: “Lugares de Memória” no Brasil Oitocentista. *Fronteiras*, n.15, p. 120-134, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiras/article/view/24331/18563>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MENEZES, Maria Cristina. *Raízes do ensino brasileiro: a herança clássico-medieval*. 1999. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. A formação dos sistemas públicos de educação no século XIX e sua efetivação na província da Bahia. *HISTEDBR*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_018.html>. Acesso em: 9 de maio 2017.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Postilas de retórica e poética: ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo respectivo professor Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.

PIOVEZANI, Carlos. *Verbo, Corpo e Voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo*. 2007. 282 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Araraquara, SP, 2007.

PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. *Manual de Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do “breve século” XIX brasileiro*. In: _____. *O legado educacional do século XIX*. 2ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. *HISTEDBR*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SILVA, Luciana Aparecida da. *O método pedagógico dos Jesuítas*. *HISTEDBR*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SOUZA, Ney de. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 46, p. 127-144, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23290/23290.PDF>>. Acesso em: 23 abr. 2017.